



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 170ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Rua Esteves Júnior, 160, 8º andar – CEP. 88015-130 – Centro – Florianópolis/SC

DATA: 19 de julho de 2012

HORÁRIO: 13 h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Dalmo Claro de Oliveira; Acélio Casagrande; Jocélio Voltolini; Raquel Bittencourt; Helma Finta Uba; Ângela Blatt Ortiga.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Eloi Trevisan (Campo Erê); Celso Luiz Dellagiustina (Bombinhas); Maria Regina de Souza Soar (Pomerode); Denizéte Monteiro Mota (São José do Cerrito); Antonia Maria Grigol (Jonville); Sonia Bodanese (Vargeão); Clécio Antonio Espezim (Florianópolis); Edson Thesing (Iporã do Oeste); Rita Rangel (Balneário Piçarras); Alfredo Spier (São Miguel do Oeste).

Desenvolvimento dos trabalhos

A 170ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13:00 h, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Eloi Trevisan.

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 169ª foi aprovada.

- 1 Antes de iniciar as discussões dos temas para Deliberações, o Coordenador da CIB/SES,
- 2 Dalmo Claro de Oliveira, informa que a arrecadação do Estado foi bem menor que o previsto
- 3 e houve vários acréscimos judiciais e de outra natureza na SES. No momento, o Estado está
- 4 impossibilitado de assumir novos compromissos. Eloi Trevisan, Coordenador da
- 5 CIB/COSEMS informa que ficou consensuado com a SES a retirada de dois itens de Pauta, o
- 6 **Incentivo Hospitalar e o Protocolo de Manchester**. Houve também o consenso que o
- 7 primeiro ponto de pauta seria a discussão e os encaminhamentos referentes ao Hospital e
- 8 Maternidade Ruth Cardoso, em face de que a Presidente da Comissão “Carla M. T. Pulga”
- 9 ter que se ausentar. Houve consenso quanto a esta alteração.

10

11 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

12

13 **HOSPITAL RUTH CARDOSO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

- 14 Referente ao Hospital Ruth Cardoso do Município de Balneário Camboriú, Carla Marisa
- 15 Tirello Pulga, Gerente dos Complexos Reguladores, como Coordenadora da Comissão
- 16 Médica de Especialistas e cumprindo o que a CIB de 28 de junho solicitou, avaliaram *in locu*
- 17 o Hospital Ruth Cardoso e foi percebido que houve empenho da parte do Hospital, mas não
- 18 houve modificações reais na estrutura, em condições de funcionamento do Hospital em



19 média complexidade. O Hospital possui potencialidades para o atendimento em média
20 complexidade, mas falta o cumprimento de requisitos para que isto aconteça, como por
21 exemplo, o Banco de Sangue que não houve a contratação do médico hematologista e nem
22 alvará sanitário, embora houvesse a readequação de espaço. Na UTI, houve aquisição de
23 equipamentos, mas endoscopia continua sendo um serviço terceirizado. A parte de RH e
24 equipamentos houve modificações, mas não foram fundamentais para a assistência em média
25 complexidade. Quanto ao alvará sanitário, não há um projeto arquitetônico feito e
26 aprovado, não há como a Vigilância Sanitária verificar outros aspectos. De um modo geral é
27 isso, o que deixa desconfortável em ver todo o recurso disponibilizado ser perdido, se não for
28 dado um direcionamento adequado. A UTI seria um local adequado se tivesse endoscopia,
29 hemodiálise e RH. As considerações finais do Relatório **apontam** *“as constatações técnicas*
30 *levantadas anteriormente por especialidade no Hospital Municipal Ruth Cardoso e,*
31 *mediante encaminhamentos de melhorias apresentados pela Unidade, verificou-se que todos*
32 *os setores permanecem em condição parcial para realização de procedimentos de média*
33 *complexidade. De modo geral, a maioria das questões destacadas no primeiro relatório*
34 *como fundamentais para atendimento de média complexidade, continuam inalteradas. Ainda*
35 *faltam equipamentos ou permanecem com defeito ou inoperantes; embora o Hospital*
36 *adaptou área física para o Banco de Sangue, continua sem projeto para avaliação da*
37 *Vigilância Sanitária e, portanto o fornecedor de sangue continua sendo a cidade de*
38 *Blumenau. Além disso, segundo a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, o HMRC não*
39 *tem Alvará Sanitário para funcionamento. Sugere-se que, o HMRC deva suprir as*
40 *necessidades de materiais, equipamentos, recursos humanos e serviços de apoio, bem como*
41 *corrigir as alterações no sistema hidráulico e do projeto arquitetônico, conforme*
42 *mencionados nos relatórios técnicos, para garantir o atendimento em média complexidade*
43 *com segurança técnica, eficácia e resolubilidade”*. Raquel Bittencourt, Diretora de
44 Vigilância Sanitária da SES, ressalta que não pode se admitir uma construção nova fora das
45 normas da RDC 50. Uma construção recente fora de padrões sanitários vigentes há mais de
46 10 anos. Há muitos itens a serem corrigidos para vistoria e aprovação da vigilância sanitária.
47 Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Bombinhas, cita que foi o responsável por
48 trazer o assunto à CIB em função da falta de acesso. O resultado dessa segunda avaliação
49 não o surpreendeu, porque o problema continuou. O relatório cita que apenas duas salas
50 cirúrgicas estão em funcionamento, que não há banco de sangue, que não a serviço de
51 neurocirurgia e cirurgia vascular e que os ortopedistas que avaliaram o Hospital foram
52 unânimes em dizer que o mesmo não tem condições de atender a traumatologia depois de um
53 certo nível de complexidade. Estas observações efetuadas pelo Secretário Municipal de
54 Saúde de Bombinhas Celso Dellagiustina estão contidas no próprio relatório e que estes
55 problemas estão interferindo na qualidade da assistência do paciente residente em Balneário
56 Camború e de pacientes de outros Municípios com referência neste Município. Propõe que
57 SES e COSEMS em comissão conversem com as autoridades máximas em saúde no
58 município, incluindo-se o Prefeito municipal, para se achar uma solução imediata que
59 resolvam tais problemas, pois afirma que soluções existem para dar segurança e qualidade no
60 atendimento não só a população residente mas também para a população referenciada.
61 Reafirma, outrossim que os municípios referenciados ao Ruth Cardoso integram o teto
62 financeiro de Balneário Camboriu. Esta proposta teve o aval do Secretário Adjunto Acélio
63 Casagrande, mas não houve o consenso em face do Coordenador da CIB/SES Dalmo Claro
64 de Oliveira solicitar que a comissão diga exatamente quais os procedimentos pactuados que
65 o Hospital Ruth Cardoso não pode executar. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da



66 CIB/SES, solicita à Comissão que apontem os serviços que poderão continuar funcionando e
67 os que não apresentam condições de funcionar, como por exemplo, algumas especialidades,
68 para que se façam os encaminhamentos com as autoridades da Região de Balneário
69 Camboriú. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, sugere que o assunto seja
70 resolvido *in locu*, que os serviços que deverão ser retirados, sejam decididos lá. Jocélio
71 Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação, esclarece que o fechamento de um Hospital não
72 implica em passar os serviços diretamente para outro. Há que ser pactuado novamente com
73 outros Hospitais. Carla Marisa Tirello Pulga, Gerente dos Complexos Reguladores, concorda
74 com o Coordenador da CIB/SES, que a estrutura do Hospital necessita ser aproveitada. A
75 Comissão de avaliação são reguladores, não são auditores. A avaliação foi até em termos de
76 equipamentos necessários para o funcionamento, o que deixou a Comissão receosa em
77 liberar o funcionamento do Hospital. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS
78 recomenda que a Comissão de Avaliação faça um relatório, apontando os serviços que
79 poderão continuar funcionando e os que não poderão permanecer no Hospital, para subsidiar
80 a SES na reunião com as autoridades locais para os encaminhamentos propostos. Dalmo
81 Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, chama atenção para a função da Comissão
82 Intergestores Regional da Foz do Rio Itajaí para um papel mais assertivo, com uma decisão
83 conjunta dos Municípios. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas,
84 cita que a sua preocupação é com a qualidade da assistência. Reforça que defende os
85 interesses das pessoas que necessitam do SUS, que não defende o seu interesse. Eloi
86 Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, ressalta que é necessário garantir o acesso.

87

88 DELIBERAÇÕES

89

90 a) ALTERAÇÕES DE FLUXOS DA PPI E TRANSFERÊNCIAS DE GESTÃO

91 A CIB **APROVOU** as alterações de fluxos da PPI solicitadas pelos Gestores Municipais,
92 conforme planilha disponibilizada à mesa e, as transferências de Gestão do Município de
93 Indaial e pagamentos retroativos.

94

95 b) HABILITAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DE PORTO UNIÃO – 96 CEO TIPO I

97 A CIB **APROVOU** a implantação de CEO – Centro de Especialidades Odontológicas Tipo I
98 no Município de Porto União. Há parecer favorável da Coordenação Estadual de Saúde
99 Bucal.

100

101 c) UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA PARA OS MUNICÍPIOS DE VARGEM, MATOS COSTA E 102 PASSOS MAIA

103 A CIB **APROVOU** a implantação de Unidades Móveis Odontológicas e recebimento de
104 recursos específicos para os Municípios de Vargem, Passos Maia, e Matos Costa. Essas
105 Unidades foram doadas pelo Ministério da Saúde e estão na CIB para serem referendadas.

106

107 d) PLANOS DE AÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PRORROGAÇÃO DOS PLANOS

108 A CIB **APROVOU** a prorrogação dos Planos de Ação Municipais de Vigilância Sanitária
109 2012, até dezembro de 2013, em decorrência do processo eleitoral/eleições 2012 e também
110 pelo fato de que muitos Municípios concluíram seus Planos recentemente.

111

112 e) PLANO DE AÇÃO DOS RECURSOS EXCEDENTES 2010 DO PLANEJASUS



113 A CIB **APROVOU** o Plano de Ação dos Recursos Excedentes 2010, execução 2011 do
114 Planejasus, recurso Portaria MS 1.963/2011. A Gerência de Planejamento do SUS elaborou
115 um Plano de Ação para a execução desse recurso em que constam a realização de 01 curso à
116 distância sobre utilização dos recursos financeiros dos SUS nas Regiões de Saúde, voltado
117 aos funcionários técnicos, apoiadores do COSEMS, Gerências Regionais de Saúde,
118 utilizando o TELESSAÚDE por meio de Plataforma Moodle, num valor de R\$ 30.000,00; a
119 realização de 01 curso à distância sobre utilização dos recursos financeiros dos SUS, voltado
120 aos Gestores Municipais, utilizando o TELESSAÚDE por meio de Plataforma Moodle;
121 realização de encontros sobre Redes de Atenção à Saúde, num valor de R\$ 65.000,00;
122 realização de encontros/oficinas pontuais para elaboração das Regiões de Saúde segundo
123 Decreto 7.508/2011, num valor de R\$ 60.000,00 e R\$ 25.000,00 para apoio administrativo.

124

125 **f) CREDENCIAMENTO DE RIO DO SUL E SÃO MIGUEL DO OESTE EM ALTA COMPLEXIDADE**
126 **EM ONCOLOGIA – UNACON**

127 Pedindo a palavra o Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas Celso Luiz Dellagiustina,
128 antes de se manifestar quanto ao mérito do credenciamento, **relatou com a vênia dos**
129 **demais o que falara no período da manhã, solicitando que conste em ATA.** Assim se
130 manifestou: *“Que a mais ou menos dois meses atrás em rede social o Prefeito Milton Hobus*
131 *de Rio do Sul relatava a jornalista Greice Sauer, que a quimioterapia de Rio do Sul estava*
132 *autorizada. A mesma informação dava as rádios locais. Em comunicação com a jornalista*
133 *ponderou a ela de que este assunto estava sujeito a normas ministeriais e a estudos da CIB,*
134 *e que estranhava que o Prefeito dava esta declaração sem que a CIB tivesse tomado*
135 *conhecimento. A repórter contra argumentou que o Prefeito de Rio do Sul era superior a*
136 *qualquer decisão que se tomasse por comissão. Parou a discussão e ficou enormemente*
137 *entristecido, pois tinha sido um dos que lutou para que houvesse a alteração da Lei 8.080 de*
138 *19 de setembro de 1990, que alterou o Art. 14 acrescentando o Art. 14 B, que se transformou*
139 *na Lei federal 12.466, de 24 de agosto de 2011, em substituição a Portaria que criava a CIT,*
140 *CIB, CONASEMS E COSEMS, exatamente para que a CIB tivesse um reconhecimento de*
141 *gestora e construtora do SUS e não tivesse sob as influências políticas de quem quer que*
142 *fosse. Quanto ao mérito lembra que os credenciamentos dos UNACONS estão vinculados a*
143 *Portaria 741 do Ministério da Saúde, que traz as condições exigidas para o credenciamento*
144 *do serviço. Já a Portaria Ministério da Saúde 112 de fevereiro de 2012 impede o*
145 *credenciamento isolado de serviços como a quimioterapia ou a cirurgia oncológica em seus*
146 *Arts. 3º e 4º. Isto também não foi reconhecido pelo próprio prestador requerente, dando*
147 *como certo o credenciamento do serviço, alegando que o impedimento estaria relacionado a*
148 *número populacional, o que na oncologia não é parâmetro e sim casos novos. Não é*
149 *contrário ao credenciamento do UNACON de Rio do Sul afirma o Secretário Municipal de*
150 *Saúde de Bombinhas Celso Dellagiustina, mas que deseja ver cumprida a legislação e as*
151 *diretrizes colocadas pelo Governo Federal. Até porque a resposta final sobre o*
152 *credenciamento ou não, é do Ministério da Saúde. Diante de tais fatos apresenta como*
153 *proposta que seja alterada a Deliberação de credenciamento para **autorização** ao Governo*
154 *Estadual, para iniciar-se os estudos e ver se o requerente realmente cumpre com as*
155 *exigências Ministeriais. Isto ocorrendo deve voltar todo o processo a esta comissão para*
156 *então sim ela se pronunciar a favor ou não do credenciamento”.* Houve a manifestação de
157 várias outras pessoas, mas o que ficou pactuado foi exatamente a proposta apresentada pelo
158 Secretário de Bombinhas, desta forma a CIB **AUTORIZOU** a alteração do “Plano para a
159 Organização da Rede Estadual de Atenção em Alta Complexidade de Oncologia em Santa



160 Catarina” indicando duas novas Unidades de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON
161 sem radioterapia: Rio do Sul e São Miguel do Oeste. No município de São Miguel do Oeste,
162 no Hospital Teresa Gaió Basso, em função que a unidade de referência do Extremo Oeste já
163 está ultrapassando em 50% o número de casos novos preconizado por serviço e no
164 Município de Rio do Sul, na Fundação de Saúde do Alto Vale de Itajaí, em função das
165 dificuldades de acesso e a distância do serviço desenhado para ser referência no plano
166 conforme Deliberação 005 de 2007. A mudança de Fluxo do Plano para a Organização da
167 Rede Estadual de Atenção em Alta Complexidade de Oncologia em Santa Catarina, somente
168 será alterada após a publicação da habilitação pelo Ministério da Saúde, sendo que as
169 referências devem continuar sendo as unidades já habilitadas, ou seja, no Extremo Oeste, nas
170 SDRs de São Miguel do Oeste, Maravilha, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, para o Hospital
171 Regional Leonir Vargas Ferreira e para a SDRs de Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Ibirama,
172 para o Hospital Geral e Maternidade Teresa Ramos em Lages. Dalmo Claro de Oliveira,
173 Coordenador da CIB/SES, questiona porque o serviço de Concórdia não foi autorizado.
174 Ângela Blatt Ortega cita que Concórdia não possui parâmetro para abertura de uma unidade
175 nova e pelo número de casos, o que reduziria o número em Joaçaba. Dalmo Claro de
176 Oliveira, Coordenador da CIB/SES, menciona que a abertura desses serviços agregaria valor
177 a Rede e reduziria o transporte de pacientes para locais distantes. Solicita que a Câmara
178 Técnica reavalie novamente as solicitações de Concórdia e São Bento do Sul, como por
179 exemplo, Jaraguá do Sul faz quimioterapia e o profissional é de São Bento do Sul. Sonia
180 Bodanese, Secretária Municipal de Vargeão, ressalta que vê São Miguel do Oeste como uma
181 grande prioridade, pela distância geográfica dos Municípios e pela demora na fila de espera
182 em Chapecó. Alfredo Spier, Secretário Municipal de São Miguel do Oeste, questiona quanto
183 ao tempo de espera para o início dos atendimentos em São Miguel do Oeste. Eloi Trevisan,
184 Coordenador da CIB/COSEMS, informa que ainda haverá a vistoria do serviço e será
185 encaminhada para habilitação no Ministério da Saúde. Depois disso, os atendimentos serão
186 iniciados. Dalmo Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, cita que SC paga o excedente
187 de quimioterapia mensalmente da fonte 100. O Secretário Municipal de Saúde de
188 Bombinhas, Celso Dellagiustina, cita que a habilitação do serviço implica em incremento de
189 recurso federal no Estado. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de
190 Pomerode, salienta que há necessidade do Ministério da Saúde atualizar o teto de SC. A
191 Secretária de Pomerode lembra que o SC sempre pagou o excedente em quimioterapia e que
192 a alta complexidade também é responsabilidade do Estado e Ministério da Saúde. Dalmo
193 Claro de Oliveira, Coordenador da CIB/SES, cita que a Deliberação da CIB que prevê o
194 pagamento do excedente é de novembro de 2010. O Secretário Municipal de Saúde de
195 Bombinhas, Celso Dellagiustina mostrou ao Secretário Dalmo Deliberações desde 2003 no
196 mesmo sentido e teor.

197

198 g) **ALTERAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ALTA COMPLEXIDADE EM CARDIOLOGIA –**
199 **Endovascular Extracardíaco**

200 A CIB **AUTORIZOU** a alteração do “Plano para a Organização da Rede Estadual de
201 Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular em Santa Catarina” incluindo as Unidades
202 de Referência em Alta Complexidade em Cardiologia que possuem concomitante a
203 habilitação em Cirurgia Vascular para realizarem os procedimentos endovasculares
204 extracardíacos, atendendo as Diretrizes Clínicas da Portaria SAS/MS 272 de 2011. As
205 Unidades aprovadas na CIB são o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen de
206 Itajaí; Hospital São José de Criciúma; Fundação de Saúde Alto Vale de Rio do Sul; Hospital



207 Regional Hans Dieter Schmidt de Joinville, ficando este último condicionado a sua
208 habilitação em Vascular em tramitação no Ministério da Saúde.

209

210 h) **ABERTURA DO EDITAL PARA CONTRATUALIZAÇÃO DAS NOVAS APAES**

211 A CIB **APROVOU** a abertura do Edital de Chamada Pública para habilitação de Serviços de
212 Reabilitação para Portadores de Deficiência Mental e ou Autismo, que venham a ser
213 inseridos no rol de prestadores de serviços do SUS, sob gestão estadual, a fim de
214 complementar a oferta de serviços no setor público com a participação de instituições
215 privadas, seguindo as normativas da Lei Federal de Licitações e Contratos. A Secretaria de
216 Estado da Saúde – SES/SC adotará os mesmos critérios financeiros das instituições já
217 contratualizadas, permanecendo o incremento estadual de 35% sob o valor per capita de R\$
218 97, 29, totalizando R\$ 131,35 por aluno atendido, condicionado a equipe mínima obrigatória,
219 bem como, carga horária profissional compatível, conforme prevê o Manual. Nos serviços já
220 contratualizados, serão revistos o número de alunos atendidos pelo prestador, bem como, a
221 carga horária dos profissionais envolvidos, respeitando o limite de cada categoria, para
222 atualização do Contrato/Convênio quando da sua prorrogação para 2013. Grace Ella
223 Berenhauser, Gerente de Contratualização, informa que o Edital será para a contratualização dos
224 91 Municípios que possuem APAEs, bem como a revisão dos alunos e carga horária.
225 Ressalta que não haverá incremento de recurso novo. Eloi Trevisan, Coordenador da
226 CIB/COSEMS, lembra que na época da aprovação do Manual já se esperava o impacto que
227 haveria nos Municípios que possuam APAEs. Os pagamentos são para procedimentos de
228 saúde. Outras áreas que não são de competência da saúde não serão pagos pela saúde e
229 parabeniza o Estado pela abertura do Edital o que coloca critérios iguais para todos.

230

231 i) **MUTIRÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS – recurso federal**

232 A CIB **APROVOU** a distribuição dos recursos para a realização das cirurgias eletivas do
233 Ministério da Saúde (recurso federal) nos três componentes. **Componente I** – Cirurgias de
234 Catarata: terão estratégia específica, devido ao caráter competitivo por recursos que
235 historicamente tem ocorrido para a realização destas cirurgias, em relação às demais
236 especialidades e procedimentos – Valor de R\$ 5.898.006,98. **Componente II** –
237 Especialidades e procedimentos prioritários: Ortopedia, Urologia, Otorrinolaringologia e
238 Vascular – Valor de R\$ 6.409.057,15 e **Componente III** – Outros procedimentos. Os
239 procedimentos na área urológica e ginecológica – Valor de R\$ 6.409.057,15. Total dos
240 recursos para SC/2012 – R\$ 18.760.200,89. Sonia Bodanese, Secretária Municipal de Saúde
241 de Vargeão, parabeniza o Estado pela proposta apresentada para o mutirão de cirurgias, pois
242 a considera melhor que as anteriores. Parabeniza pelo fato das AIHs ficarem com os
243 Municípios, não ficando engessada com os Hospitais. Solicita que a SES faça um relatório
244 piloto para repassar para as Comissões Intergestores Regionais – CIR, para que as
245 informações sejam padronizadas. Solicita também que a SES estipule um número mínimo de
246 cirurgias eletivas para cada Município. Jocélio Voltolini, Gerente de Controle e Avaliação,
247 complementa a proposta apresentada, cita que complementar a Deliberação com a Portaria
248 796/SES que cria o Projeto Estadual de cirurgias eletivas. Mesmo havendo um número
249 mínimo de cirurgias por Município, o Gerente de Controle e Avaliação, esclarece que, se a
250 CIR comunicar que o Município necessita de mais cirurgias, a SES fornecerá as AIHs
251 adicionais Informa também que disponibilizará o relatório padrão para as CIRs. O Secretário
252 Municipal de Bombinhas, Celso Dellagiustina, ressalta que todos os itens sugeridos pelo
253 COSEMS foram contemplados na proposta do mutirão de cirurgias eletivas e parabeniza o



254 Gerente de Controle e Avaliação, pela rapidez e efetividade na apresentação da Portaria e
255 proposta. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS, solicita que os Coordenadores das
256 CIRs estimulem os Prestadores de Serviços para participarem da campanha, de que existe o
257 incentivo e salienta que, utilizando uma fala do Secretário Municipal de Saúde de
258 Bombinhas, mutirão é para limpar a fila e não para criar uma nova fila. Ficou aprovado a
259 minuta da Portaria com as mudanças de valores, procedimentos, e fluxo desta segunda etapa
260 do mutirão, aguardando tão somente a assinatura do Secretário de Estado da Saúde Dalmo
261 Claro de Oliveira para marcar-se a data do início da 2ª etapa.

262

263 j) **RATIFICAÇÃO DE ORDENS DE SERVIÇOS E CONCLUSÃO DE OBRAS**

264 A CIB **RATIFICOU** as Ordens de Serviço dos Municípios de Canoinhas, Descanso,
265 Camboriú (2x), Videira, Vargem, Tigrinhos, Catanduvas, Modelo, São Domingos, Nova
266 Itaberaba, Monte Carlo, Peritiba, Lindóia do Sul, Irani, Lages, Mafra (2x), referentes
267 Portarias MS 2.226/2009 e 2.206/2011.

268

269 **HOMOLOGAÇÃO**

270 Não há temas para homologação.

271

272 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**

273 Justificativas de ausências na reunião desta CIB, do Superintendente de Vigilância em
274 Saúde, Winston Luiz Zomkowski; da Superintendente de Regulação Lisiane Tuon
275 Bitencourt; do Diretor de Educação Permanente Paulo Orsini;

276 Ofício 006/2012 de 13 de julho de 2012, da CIR da Foz do Rio Itajaí, informando que o
277 Município de Balneário Camboriú não apresentou na última reunião ordinária da Comissão
278 Intergestores Regional – CIR da Foz do Rio Itajaí, realizada no dia 11 de julho de 2012,
279 informação para acompanhamento da Resposta Preliminar do Relatório Técnico da
280 Comissão de Especialistas, do Hospital Municipal Ruth Cardoso, conforme Deliberação
281 009/2012 – CIR Foz do Rio Itajaí e Deliberação 009/2012 de 25 de junho de 2012, que
282 aprova a Resposta Preliminar do Relatório Técnico da Comissão de Especialistas, do
283 Hospital Municipal Ruth Cardoso, indicada por esta Comissão e nomeada pela
284 Superintendência de Planejamento e Gestão da Secretaria de Estado da Saúde de Santa
285 Catarina, determinando o acompanhamento dos processos em encaminhamento;

286 Recebido convite da Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, para
287 inauguração da Unidade de Pronto Atendimento 24 h – UPA e convite também para
288 inauguração do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça;

289 Ofício 691/2012 – SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
290 Municipal de Saúde de Apiúna relativo à auditoria 9042;

291 Ofício 398/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
292 Municipal de Saúde de Tangará, relativo à auditoria 7964;

293 Ofício 434/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
294 Municipal de Saúde de Lontras, relativo à auditoria 9064;

295 Ofício 549/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
296 Municipal de Saúde de Chapecó, relativo à auditoria 3327/08;

297 Ofício 388/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
298 Municipal de Saúde de Bocaína do Sul, relativo à auditoria 3326/10-1;



299 Ofício 425/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
300 Municipal de Saúde de São João do Itaperiú, conforme preceitua o parágrafo 1º do art. 9º da
301 Portaria 2.046/GM/MS de 03 de novembro de 2009;

302 Ofício 363/2012 - SGEP/MS, para conhecimento do Termo de Ajuste Sanitário da Secretaria
303 Municipal de Saúde de Tijucas, conforme estabelecido na Portaria 2.046/GM/MS de 03 de
304 novembro de 2009.

305

306 **INFORMES**

307

308 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

309 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria
310 encaminhou o relatório de auditoria, referente ao mês de junho de 2012, para que os gestores
311 constatem sobre as auditorias em andamento ou concluídas em seus municípios.

312

313 b) **PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

314 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica
315 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica,
316 para que os gestores constatem se há pendências em seus municípios.

317

318 c) **CONTRATUALIZAÇÃO DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS**

319 Será aberto Edital para contratualização dos Hospitais Filantrópicos, de acordo com a
320 Portaria MS 3.123/2006 (Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais
321 Filantrópicos no SUS, sob Gestão Estadual, relacionados na Portaria MS 3.123/2006). Os
322 Hospitais que não estão nesta Portaria, que são pagos por produção, serão contratualizados
323 em outro Edital. Os Hospitais da Portaria MS 3.123/2006 recebem valores fixos.

324

325 d) **RECURSOS DAS COMISSÕES INTERGESTORES REGIONAIS – CIRs – PORTARIA MS 326 2.979/2011**

327 Geraldo Azzolini coloca os recursos existentes na Portaria 2.979/2011 e as metas a serem
328 cumpridas pelo Estado de Santa Catarina para receberem esses recursos. A proposta
329 apresentada pelo COSEMS, do anexo II, R\$ 320.000,00 para as CIRs e R\$ 320.000,00 para o
330 Projeto dos Apoiadores do COSEMS, que será encaminhado para a Câmara Técnica de
331 Gestão. Ângela Blatt Ortiga coloca que 40% dos recursos já estão depositados no Fundo
332 Estadual de Saúde; 30% dependem do Estado e dos Municípios cumprirem Relatório de
333 Gestão e Plano Municipal e os 30% restantes dependem da implementação do Decreto
334 Federal 7.508/2011. Ângela Blatt Ortiga ressalta que é necessário discutir o Plano de
335 Trabalho para o cumprimento das metas. Eloi Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS,
336 solicita que o Plano de Ação desse recurso venha para a próxima CIB para ser pactuado e
337 deliberado. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Bombinhas, informa que
338 o Secretário da SGEP, Luiz Odorico Monteiro de Andrade, tentou fazer um repasse aos
339 COSEMS, para o fortalecimento dos COSEMS, com a finalidade de falar dos aspectos do
340 Decreto 7.508/2011 e para o fortalecimento das CIRs. Ressalta que parte desse recurso da
341 Portaria MS 2.979/2011 seria para o fortalecimento do COSEMS, mencionado pelo Diretor
342 do Departamento de Articulação Interfederativa/MS André Luis Bonifácio de Carvalho. Eloi
343 Trevisan, Coordenador da CIB/COSEMS encerra a reunião e informa que a próxima CIB
344 será realizada no dia 30 de agosto em Joinville, em uma reunião conjunta SES/COSEMS na
345 parte da manhã, às 09 h. O Coordenador da CIB/SES, Dalmo Claro de Oliveira se despede e



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

346 solicita a compreensão de todos pelos momentos difíceis que a SES está passando e que
347 algumas demandas que não estão sendo implementadas ou ampliadas, independem do desejo
348 ou de não ser consideradas justas. Cita que está aguardando do Governo algum repasse de
349 recurso para que traga algum equilíbrio para a saúde.

350

351 Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes de Costa Remor, lavrei a presente Ata, assinada por
352 mim e pelos Coordenadores.

353

354

Florianópolis, 19 de julho de 2012.